

A luta e o processo de gestão de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia

Marcos Botton Piccin¹

Everton Lazzaretti Picolotto²

1. Introdução

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem contribuído para a transformação socioeconômica de regiões que receberam assentamentos de Reforma Agrária. No estado do Rio Grande do Sul (RS) os assentamentos rurais tem se destacado, dentre outras coisas, pela dinamização da economia local e pela experimentação de novas estratégias produtivas, destacando-se a agroecologia. Este artigo objetiva analisar a incorporação de conhecimentos sobre *agroecologia*³ nas estratégias produtivas dos agricultores sem-terra nos processos de *luta* por terra e na *luta* por sobrevivência posterior a conquista da terra no Assentamento Ceres, município de Jóia-RS. Este assentamento foi criado oficialmente em 1997, quando um conjunto de 113 famílias organizadas pelo MST foram assentadas em uma área comprada pelo INCRA.

Para a realização dessa pesquisa⁴ foram identificadas três configurações produtivas dentre os agricultores do Assentamento Ceres. Em uma primeira configuração identificou-se 47 agricultores-assentados que possuem a cultura da soja como principal atividade produtiva dedicada ao comércio; em uma segunda configuração 42 agricultores-assentados apresentam a soja e o leite como principais atividades dedicadas ao comércio e, por fim, em uma terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicam-se a várias atividades destinadas ao comércio. Nessa última o leite também aparece como *carro chefe* de composição da renda, mas ocorrem outras atividades importantes na geração de renda, como: avicultura, suinocultura, produção de olerícolas, amendoim, batata, cebola, alho, derivados de cana-de-açúcar e produtos manufaturados, como compotas e queijos⁵. Tendo em vista essa classificação, optou-se em denominar as

¹ Médico Veterinário, Mestrando em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ.

² Bacharel em Ciências Sociais, Doutorando em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ.

³ Essa temática estará sendo entendida de uma forma ampla, a partir das informações obtidas com os agricultores-assentados sobre cursos que teriam realizado. Conforme seus relatos as temáticas passavam por técnicas e manejos sem o uso de agroquímicos, como caldas, uso de adubo orgânico e experiências relacionadas com a geração e diversificações produtivas, como cultivos orgânicos e agro-industrialização de matérias primas dos assentamentos.

⁴ A pesquisa de campo que colheu os dados aqui usados consistiu de vivência do cotidiano dos agricultores-assentados, entrevistas semi-estruturadas, anotações de caderno de campo e consultas informais a equipe técnica e a direção da cooperativa do assentamento. A referida pesquisa foi realizada durante os meses de maio e julho de 2006.

⁵ Essa divisão dos agricultores-assentados pelas principais culturas comerciais pode ser questionada, uma vez que os agricultores-assentados do primeiro grupo e do segundo podem realizar a venda de produtos da *alternatividade* (GARCIA JR,1983), ou seja, excedentes de produtos inicialmente dedicados ao autoconsumo. No entanto, optou-se por permanecer com tal divisão, pois as diferenças entre sistemas produtivos das famílias são também observáveis no desenho produtivo dos lotes, assim como na composição das rendas, que deverá ser analisado em outro trabalho.

configurações identificadas pela composição da renda de seus sistemas produtivos, respectivamente: sistema produtivo *soja*; sistema produtivo *soja-leite*; sistema produtivo *diversificado*.

Foram escolhidas para análise neste trabalho as trajetórias sociais de quatro agricultores-assentados⁶. Três do sistema produtivo *diversificado* (que serão chamados por Sr. Pedro, Sr. Ricardo e Sr. João) que afirmam estarem desenvolvendo *produção agroecológica* e um quarto agricultor-assentado (Sr. Antônio) que foi classificado no sistema *soja-leite*, mas que apresentava trajetória produtiva anterior baseada em atividades *agroecológicas* (até o ano de 2005)⁷. Com a análise de suas trajetórias sociais identificou-se que os quatro agricultores-assentados haviam realizado cursos da capacitação sobre a temática da *agroecologia* no período do acampamento ou imediatamente anterior a ele.

Na análise das trajetórias sociais evidencia-se que o processo de *luta* pela terra e as experiências a ela relacionadas agem como força-motriz para descortinar antigas representações sociais, associadas a visões de mundo, e estimular a participação nos cursos de *agroecologia*. A formação do acampamento, as mobilizações sociais, as ocupações de terra, os enfrentamentos com a polícia e/ou proprietários de terra, mas também os debates políticos e relacionados com a forma de organização e produção futura nos lotes conformam eventos sociais caracterizados pela incerteza, instabilidade, ansiedade, perigo e oportunidades, que pelo ineditismo com que são vividos podem provocar uma reestruturação de seus sistemas socioculturais em função da necessidade de encontrar novas normas de conduta e compreensão. Essas experiências dão um sentido particular a categoria *luta* nesse ambiente e período de suas vidas. De acordo com Comerford (1999) essa categoria ainda pode ganhar outros significados para os agricultores à medida que diferentes situações são vividas, interpretadas e diferentes práticas são postas em ação, constituindo diferentes conjuntos de relações, como aquelas vividas sobre a terra, já no Assentamento. Nessa direção, *Luta* ganhará mais dois sentidos durante este artigo: a) enquanto ação sobre ou na terra referindo-se às dificuldades do trabalho cotidiano no Assentamento. Esse significado designa a construção de estratégias produtivas; tensionamento constante entre as experiências *agroecológicas* e a monocultura da soja; b) referindo-se à participação em estruturas de direção do acampamento, de partidos, do Assentamento, da cooperativa e de outras organizações; vivida como *luta política*,

⁶ O número de agricultores-assentados escolhidos está relacionado com a metodologia usada para a construção da dissertação de mestrado de Marcos B. Piccin, que considerou: espacialização dos agricultores-assentados no assentamento, classificados em termos de sistemas produtivos e a consideração do *critério de saturação*, quando as informações relacionadas com o que se deseja estudar começam a se repetir.

⁷ Os nomes dos agricultores-assentados utilizados não conferem com os nomes reais. Utiliza-se esse recurso para facilitar a análise e preservar o anonimato dos entrevistados. À época da realização da pesquisa a idade entre eles variava entre 30 a 44 anos, e todos formavam grupos familiares com esposa e pelo menos um filho(a) com idade máxima de 12 anos.

designando o sentido da *luta* para além dos interesses imediatos de quem dela participa, relacionada com a categoria ou classe social.

2. Antecedentes, a *marcação social do acampamento e a agroecologia*

A perspectiva de começar a análise identificando nas trajetórias sociais a anterioridade ao acampamento dá-se por compreender que, em parte, as reações às novas experiências e práticas vivenciadas na *luta* pela terra e sobre a terra ganham significação a partir de um conjunto de referências socioculturais internalizadas nas socializações anteriores – aqui tratadas como da posição social e visões de mundo dos pais. Com efeito, a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade, e experiências a ela relacionadas, tenderiam a conformar realidades específicas e lógicas de ação como fundamento reativo-interativo aos novos eventos que lhe chegam aos sentidos. Os princípios (sistemas de referência) orientadores das lógicas de agir, pensar e se comportar poderiam ser entendidos como *habitus*, formados numa ambiência sócio-histórica; uma *estrutura* internalizada que tende agir como *estruturante* das práticas sociais, das formas de reagir a novas experiências e definidora de um vir a ser do indivíduo (BOURDIEU, 2002).

Assim, seria prudente considerar que entre a mudança das condições sociais (no caso, relacionado com a “transformação” de filho de pequeno agricultor ou trabalhador assalariado em sem-terra) e a mudança de comportamentos dos indivíduos e dos grupos, os diferenciais de poderes da cultura não são vividos da mesma forma e nem com a mesma significação. Estes dependem daquilo que os indivíduos interiorizaram como *habitus* ao longo de suas vidas. Neste sentido, procuramos destacar a seguir as lógicas de ação e princípios estruturantes das visões de mundo e de si, que orientam as reações às novas experiências vivenciadas no período de acampamento e, posteriormente, no assentamento.

Para o objetivo deste artigo importa destacar que antes de ir para os acampamentos as famílias estavam inseridas numa economia mercantil de trocas desiguais como proprietárias de pequenos patrimônios produtivos (MOREIRA, 1999) ou como pequenos arrendatários, que além da renda para consumo familiar tinham que pagar a renda da terra que porventura arrendassem. Neste contexto de determinação mercantil – compra de bens de consumo, bens produtivos e pagamento de rendas, necessários para reprodução social naquela ambiência – sugere-se que a exploração da terra, pelo menos naquilo que se referia ao elo mercantil da vida familiar, seguia um princípio de *maior lucratividade*.

Chama-se atenção que os quatro agricultores-assentados tratados aqui ainda eram solteiros quando decidiram ir para o acampamento, buscavam possibilidades de realização econômica para a constituição do núcleo familiar. Para Gaiger (1999), o processo de autoconvencimento de que o acampamento e a *luta*

são as únicas alternativas para se ter acesso a terra e a reprodução dos padrões de vida almejados seria acompanhado por uma espécie de luta interna contra a *frustração*. Ou seja, contra a racionalização de sua situação de precariedade material, podendo internalizar subjetivamente uma condição de privação de sua posição social na sociedade, que o levaria a considerar como inalcançável tal padrão de reprodução econômica e simbólica desejada. Assim, ir acampar significaria não aceitar a ordem das coisas e, mesmo que não-conscientemente, eleger ao lado de quem e contra quem lutar; recusar o *status quo* estabelecido, alterar sua forma de ver e se ver no mundo. De modo geral, significaria insatisfação com a realidade vivida e esperança num futuro de melhores condições de vida. Esperança elaborada a partir de uma defasagem entre as expectativas materiais ou simbólicas com a realidade percebida como limitante para tais realizações. Assim, o *olhar* para o lote de terra a ser alcançado passa a ser dirigido pela possibilidade de acúmulo de capital econômico, ascensão social e atendimento das carências socialmente produzidas e internalizadas pelos agentes numa dimensão sócio-histórica. Nesse sentido, o próprio sistema de disposições sociais baseado nas crenças culturalmente desenvolvidas na forma de *habitus* impulsiona-os para a *luta* por terra.

Nesse aspecto, destacam-se três pontos que parecem orientar as reações às novas experiências dos agricultores-assentados nos períodos de acampamento e de assentamento: a) estes foram socializados como filhos de pequenos proprietários rurais em um contexto de modernização da agricultura, sofreram as conseqüências da assimetria de poderes materializados na apropriação privada dos recursos produtivos (como a terra) e no mercado (no âmbito da concorrência intercapitalista), condicionando níveis de privação material e simbólica considerados indignos. Mesmo nessa condição de “vítimas” da modernização, estes internalizam princípios relacionados com a lógica do mercado e da lucratividade; b) dado um campo de possibilidades de reprodução sócio-econômica, determinada inicialmente pela sua posição social e pelas tentativas *frustradas* de sucesso no mercado, a *luta* pela terra passa a ser considerada como possível. A adesão na *luta* pode ter se dado pelo estado de insatisfação e o acúmulo de vivências em que se buscou preservar, restabelecer ou conquistar condições dignas de vida; c) a visão relacionada ao progresso sócio-econômico, associado ao *dar melhores condições de vida à própria família* é o que passa a mobilizar as perspectivas de conquistar um lote de terra.

Estas determinações anteriores ao período da entrada na *luta* possibilitam a formação de sistemas de referência sociocultural, de conhecimentos e aptidões intelectuais que tendem a enquadrar as significações para os eventos que seguem, sejam eles cotidianos ou inusitados. A vivência no acampamento possibilitou várias experiências de vida anteriormente estranhas a esses agricultores. Se considerarmos, como temos argumentado, que na atribuição de sentidos realizada pelos indivíduos (sem-

terras) às vivências de eventos até então inusitados opera uma ordenação cultural que se internalizou como *habitus*, teríamos que admitir a possibilidade de diferentes significações para os eventos da *luta* pela terra, quando considerado que os sem-terra possuem origens em posições sociais distintas na estrutura de relações da sociedade. Nesta ordem interpretativa, seria correto afirmar que o *habitus* – os valores familiares herdados dos pais, reafirmados ou redimensionados na vivência particular de cada um – configura um tipo de receptividade às experiências e idéias vivenciadas neste novo contexto. Os sem-terra com as disposições sociais consideradas anteriormente, tenderiam a reagir e a interagir com as novas experiências identificando primeiramente a fragilidade material de sua posição na sociedade e as causas sociais de tal situação. A fala do Sr. Pedro, na entrevista realizada, apontam nesta direção: *Lá eu vi quanto o pobre é oprimido e o que existe de terra por aí só com boi em cima. Então eu queria mudar isso, sentia vontade de (...).*

A fala perpassa a construção de uma identidade coletiva entre *pobres* e *oprimidos* devido às situações semelhantes de precariedade material opondo-se a quem identificam como os causadores de tais privações; aspectos que também estão presentes nas falas de outros entrevistados. Essa sensibilidade à “descoberta” da fragilidade de sua posição social, de inimigos a serem enfrentados, assim como da unidade da categoria de sem-terra é o ponto crucial que age abrindo uma disponibilidade para a ação política e que os leva a assumir posições de dirigentes no acampamento, participação em *frente de massas*⁸ e cursos de formação política e de *agroecologia*.

Os agricultores-assentados aqui considerados são provenientes de dois acampamentos que perduraram em torno de dois anos. Foi nesse período do acampamento que ocorreu a “formação” em agroecologia⁹. A participação nos cursos de agroecologia segundo os relatos dos entrevistados teria ocorrido por dois motivos: a) à necessidade de realizar o *debate* sobre a *produção* no acampamento, uma vez que essa tarefa fazia parte das atribuições dos dirigentes do acampamento e os dirigentes estaduais do MST; e, b) às motivações estimuladas por visitas realizadas em assentamentos e cooperativas que estariam desenvolvendo a *produção coletivizada e/ou agroecológica*.¹⁰ A partir das entrevistas foi possível

⁸ A chamada *frente de massas* pode ser comparada com comissões de acampados ou dirigentes liberados pelo MST para realizar visitas às parcelas mais empobrecidas da população (pequenos agricultores, população de periferia das cidades, etc.) e convidá-las para fazer parte da *luta* pela terra em acampamentos e mobilizações.

⁹ A permanência nos *cursos de agroecologia* foi de dois meses, intercalado com período de vivência, seguidos de outros dois meses de curso para o Sr. Pedro e o Sr. João. Para o Sr. Ricardo e o Sr. Antônio o curso teria durado em torno de 1 ano e 8 meses, sendo intercalado por dois meses de aula e dois meses de vivência em assentamentos ou acampamento.

¹⁰ Dentre os assentamentos e cooperativas citadas nas entrevistas destacam-se: o Assentamento Nova Santa Rita, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, e cooperativas ligadas ao MST da regional Sarandi, COOPTAR e COANOL.

identificar que o Sr. Pedro e Sr. João realizaram o curso de *agroecologia* no município de Caçador (SC) e Sr. Ricardo e Sr. Antônio no município do Braga (RS) na FUNDEP¹¹.

A análise das entrevistas aponta para a compreensão de que os significados atribuídos à participação nos cursos de *agroecologia* estariam relacionados a certo prestígio social proporcionado pelas *tarefas* de coordenar e dirigir atividades no acampamento, bem como à ampliação das possibilidades de reprodução econômica nos lotes, com a afirmação de seus projetos de futuro e geração de novas carências e desejos. Neste contexto, os conhecimentos adquiridos relacionam-se com práticas de agro-industrialização, controle de pragas e plantas “invasoras” a partir de métodos sem o uso de agro-químicos, produção comercial de produtos orgânicos e venda desses em pequenos circuitos de comércio. Conforme declarado pelos agricultores-assentados estes conhecimentos tendem a ser incorporados por eles, conformando referências produtivas comerciais para além daquelas adquiridas nos processos de socialização inicial, quando ainda estavam nas casas de seus pais, relacionados com o cultivo de cereais (soja, milho e feijão, principalmente). Contudo, pode-se sugerir que se estes cursos valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se a desvalorização realizada pela modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico.

3. As trajetórias sociais e a *agroecologia* no Assentamento Ceres

O espaço social do assentamento é onde tende a exacerbarem-se as contradições entre o interiorizado como *habitus* nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo e saberes) e as condições físicas e sociais da região onde o assentamento está localizado, as diferenças específicas de cada lote produtivo (coletivos ou familiares), bem como as instituições de crédito, assistência técnica, redes mercantis, dentre outras. Esse novo ambiente será onde os agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos.

Neste contexto, as atribuições de sentidos aos eventos desta nova ambiência fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se valida no processo, legitimando atores sociais e indivíduos, técnicas e projetos, bem como age desqualificando outros. A participação do agricultor-assentado nestes processos, a nosso ver, implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente sócio-ecossistêmico de seu lote, do assentamento e da própria

¹¹ Os cursos foram ministrados por assessores do MST ou pela Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP) no período anterior ao assentamento (acampamento).

região. Cada agricultor fala de um lugar sócio-ecossistêmico específico e age prioritariamente neste lugar: esta seria a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento. Para facilitar as denominações trataremos tais relações sociais de interdependência social, institucional e ecossistêmica, conforme definido por Moreira (2006), como *ambiência*, da unidade familiar, do assentamento e da região.

Dessa forma, deve ser considerado que a ambiência do Assentamento Ceres é parte componente da ambiência da região do Planalto Médio Rio-Grandense. Neste contexto, Silva Neto e Basso (2005a) destacam que desde a década de 1960, a região experimenta uma expansão da área de terras cultivadas com a cultura da soja e uma conseqüente diminuição da área ocupada com outras atividades, como bovinocultura extensiva e ovinocultura. Nessa direção, Gubert e Basso (2005) destacam que o município de Jóia possuía, na safra 1996/1997, 47.000 ha plantados com a soja, ano em que as famílias sem-terra são assentadas no Assentamento Ceres. Oito anos depois, na safra 2004/2005, segundo registram os autores, foram 75.000 ha cultivados com a mesma cultura. A diminuição da área ocupada com bovinocultura extensiva e ovinocultura poderia ser avaliada pela diminuição do número de cabeças desses rebanhos, respectivamente e entre os mesmos períodos: de 53.000 para 40.000 e de 26.000 para 10.000. Portanto, o Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período onde há a expansão da cultura da soja como atividade comercial entre os agricultores do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados.

Inseridos nessa ambiência os agricultores-assentados logo no início da formação do assentamento perceberam que a soja seria uma boa opção produtiva (ou mesmo a melhor opção) para obtenção de renda monetária. Os dados de campo permitem-nos identificar duas motivações objetivas para tal compreensão: a) para a realização dos primeiros cultivos no assentamento, de modo geral, os agricultores-assentados contrataram os agricultores vizinhos para tais plantações, haja vista que ainda não haviam recebido crédito para aquisição de animais, máquinas e equipamentos. Sugere-se que esse contato mais estreito entre agricultores tenha reforçado a perspectiva de desenvolver a soja no assentamento; e, b) devido à cooperativa do assentamento, formada em 1997, ter adquirido já de início máquinas, equipamentos e insumos para a plantação de soja. Essas duas questões objetivas ganham força simbólica nas dinâmicas daquelas ambiências, podendo ser vistas por três significações subjetivas identificadas nas entrevistas e na vivência com o conjunto dos agricultores-assentados: a) havia a crença de que a cultura da soja os faria *melhorar de vida*; b) acreditava-se que não haveria necessidade de *muito trabalho*; e, c) a cooperativa (referência produtiva dos assentados) estava dando o exemplo de investir na soja.

Com efeito, no decorrer dos anos seguintes outros três acontecimentos foram determinantes para as alterações dos sistemas produtivos dos agricultores-assentados (para o caso daqueles que iniciaram a

produção agrícola baseada em produtos agroecológicos, como o Sr. João) e na afirmação das idéias de que o cultivo da soja traria progresso sócio-econômico: a) em agosto de 2001 é diagnosticado um foco de Febre Aftosa nas divisas do assentamento, sendo incluído nas práticas de desinfecção que previa o abate de todos os animais. Como forma de ajudar os agricultores-assentados atingidos o Governo Estadual indenizou os abates e forneceu auxílio financeiro à alimentação das famílias, patrulhas agrícolas e insumos (como sementes) para que fosse realizado o cultivo das terras. Isso provocou uma diminuição dos custos intermediários na plantação da soja, ampliando as margens de lucro; b) a partir de 1998, o preço médio da saca da soja sofre aumentos progressivos até meados de 2004 (BENTEVI, 2006); e, c) a introdução da soja transgênica no assentamento que prometia diminuir os custos de cultivo e aumento da produtividade. Estes três acontecimentos fortalecem aquela percepção de que a soja faria os agricultores-assentados *melhorar de vida*, o que em muitos casos representou tornar o quintal das casas também em lavouras de soja.

A seguir passamos a analisar separadamente as trajetórias produtivas específicas dos quatro agricultores-assentados foco desse trabalho. Entretanto, vale destacar que o que segue a baixo não foi declarado explicitamente pelos agricultores-assentados, a análise e a compreensão das informações contaram com o cruzamento das entrevistas e das conversas informais, em situações do cotidiano.

3.1. A trajetória produtiva do Sr. Ricardo

Esse agricultor-assentado não integrou inicialmente coletivos de produção (formados por muitos assentados), pois buscava *conhecer os vizinhos*, haja vista que a maior parte do período do acampamento teria realizado o curso sobre *agroecologia* da FUNDEP. Contudo, nos dois primeiros anos teria trabalhado *junto* com outro ex-colega da FUNDEP que morava próximo de seu lote. Assim, inserido em uma conjuntura de valorização do cultivo da soja, irá viver esse período com a convicção de que a soja era melhor opção na geração da renda monetária. Segundo sua entrevista:

*Quando a gente chegou aqui e viu que a terra era **mais plana**, para quem era acostumado nas ladeiras, e ao redor plantavam a soja, foi o que a gente fez. Plantava milho também, mas para o gasto. O pessoal dizia que a soja era a saída aqui na região porque **ao redor** aqui no assentamento **só tem granjeiros**, de **médio** para **grande**. Então era soja que nós via e era aquilo que nós queria plantar, até mesmo a Coopervida que seria nossa **referência** tinha trator tracionado, plantadeira grande, até começou nos primeiros anos a comprar veneno e semente e vender para nós. Então aquilo já era um incentivo para nós plantar soja. Então a gente deixou de lado um pouco aquela cultura que trazia dos pais e o que tinha aprendido lá na FUNDEP. (...) A gente tinha a idéia de plantar soja. Mesmo o galpão foi feito mais alto porque a gente tinha idéia de comprar trator, máquina colheitadeira.*

Nessa declaração pode-se perceber com nitidez a força de coerção e convencimento exercida pela estrutura produtiva (objetiva e subjetiva) regional, revelando diferenciais de poderes onde os granjeiros e a Cooperativa são as referências do melhor padrão produtivo. Neste contexto, a soja e seu padrão tecnológico são as expressões do poder hegemônico regional, sendo que essas percepções tendem a ser internalizadas pelo agricultor-assentado, orientando suas ações. Tende a pensar e agir a partir daquela influência regional e, também, porque a Cooperativa dos assentados havia incorporado, até certo ponto, aquela matriz de produção. Se *o pessoal*, os *granjeiros* e a *Coopervida* plantavam soja, então uma espécie de senso comum se desenvolvia no sentido de também *plantar soja* e mecanizar o lote, pois já havia até mesmo construído um *galpão mais alto* para colocar as máquinas.

Contudo, a formação do grupo familiar no ano de 2000 começa a provocar alterações na sua estratégia produtiva. Passa a constatar que a renda obtida com o cultivo da soja era pequena e não atendia as carências da família. Assim, resgatando os conhecimentos obtidos na FUNDEP de como diversificar as fontes de renda, primeiro em direção à atividade leiteira e posteriormente à avicultura, horticultura e produtos semi-processados, como compotas e derivados de cana-de-açúcar. Assim, com a formação da família *vieram mais gastos* e a renda da soja *uma vez por ano já não dava mais*. Isso o teria estimulado inicialmente a investir na atividade leiteira, tendo seus planos interrompidos em 2001, devido a Febre Aftosa provocar o abate de todos os seus animais. A partir de 2002, teria começado a reposição dos animais leiteiros como forma de complementar a renda obtida com a produção de soja. Entretanto, devido à frustração de safra no ano de 2003, teria decidido *mudar da soja para o leite* e começar a constituir outras experiências de obtenção de renda *vendendo pequenas coisas na cidade* como aves, alho e cebola. A soja teria se tornado uma atividade produtiva *muito insegura*. Esse redimensionamento das atividades produtivas teria sido seguido por um redirecionamento dos créditos obtidos com o PRONAF para o investimento em outras atividades, que não a soja. Entretanto, no ano de 2004 o Ministério da Agricultura ameaça lançar uma normativa para disciplinar a atividade leiteira que tenderia a excluir pequenos produtores do mercado, chamada de Normativa 51¹². Essa conjuntura, juntamente com a diminuição do preço da saca da soja ocorrido em meados deste mesmo ano, teria estimulado a formação de um *grupo coletivo* com outros dois agricultores-assentados vizinhos e uma ampliação da atividade leiteira, com utilização conjunta de instalações, investimentos e planejamento da área do lotes. A atividade leiteira tornava-se nesse período o *carro chefe* da composição das rendas monetárias.

¹² De acordo com Silva Neto e Basso (2005b: 60) a Normativa 51 imporia uma série de exigências para forçar a incorporação de máquinas e equipamentos na atividade leiteira e que poderia excluir cerca de 50.000 produtores de um total de 80.000 no Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, novamente as atividades produtivas passariam por redefinições quanto à centralidade assumida na composição da renda familiar. Devido à percepção do alto custo de produção da atividade leiteira volta-se para outras atividades e *produtos agroecológicos* como havia *estudado na FUNDEP* e observado *nos estágios* realizados na *Cooptar e Coanol* a partir da *comercialização de pequenos produtos nas cidades próximas*. De acordo com sua entrevista, da atividade leiteira realizava-se *uns R\$ 3.000,00 por mês*, mas que *no final das contas às vezes sobrava R\$ 300,00 reais para cada um* dos três agricultores-assentados pertencentes ao *grupo coletivo*, o restante era despendido em gastos intermediários. Assim, a centralidade de sua estratégia produtiva passa, a partir de meados de 2005, a ser caracterizada como *diversificada*, composta por aves, suínos, derivados de cana-de-açúcar, compotas de diferentes frutas, produção de mudas de árvores frutíferas e horticultura, além da atividade leiteira que estaria tornando-se secundária. De acordo com sua declaração: *Na verdade eu sempre pensei nisso. Veio aquela “febre da soja” e dei uma esquecida, mas agora isso volta com força*. Ou seja, com a desvalorização do preço da soja, o enfraquecimento das idéias de que ela promoveria uma melhora sócio-econômica com *pouco trabalho* e com a formação do grupo familiar, esse agricultor-assentado (re)atualiza os antigos projetos e passa a desenvolver sua produção baseada nos conhecimentos *agroecológicos* adquiridos na fase de acampamento.

3.2. A trajetória produtiva do Sr. Pedro

As questões e contradições relacionadas com o ambiente regional de ampliação do cultivo da soja também irão aparecer no *grupo coletivo* em que o Sr. Pedro integrou e que foi extinto em final de 1999. Esse *grupo* era inicialmente formado por 29 famílias, baixando para 13, depois para 7, e depois se extinguindo por completo, dividido-se em unidades produtivas familiares. Inseridos naquele ambiente de valorização da cultura da soja, as idéias de seu cultivo tornam-se hegemônicas no interior do *grupo coletivo*. Contudo, as contradições com relação aos debates sobre as estratégias produtivas materializavam-se em divergências em torno dos destinos a serem dados aos créditos financeiros acessados através do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (extinto PROCERA):

Quando a gente começou a mexer com o crédito é que [o grupo coletivo] acabou se dissolvendo, porque na visão de uns o crédito tinha que ser usado para fortalecer o debate que nós fazíamos no acampamento, baseado nos princípios do movimento, da produção ecológica, outros achavam que tinha que plantar soja, comprar máquinas (...).

Os projetos idealizados anteriormente são confrontados com outras formas de pensar e de organizar a produção: entre *o debate* que era feito *no acampamento, da produção ecológica* ou *plantar soja e comprar máquinas*. Neste caso, esta poderia ser a principal expressão daquela situação regional e da

referência simbólica desenvolvida pela Cooperativa do Assentamento, quando passa a investir no cultivo da soja.

Entretanto, no ano de 2000, o Sr. Pedro assume a diretoria da Coopervida e vai morar com sua família (formada por esposa e filho) na sede do assentamento, desenvolvendo em seu lote: bovinos de corte e soja, segundo ele, por exigirem menor cuidado cotidiano e porque havia se convencido de que essa seria a *melhor* estratégia produtiva como forma de auferir renda monetária. Com efeito, essas idéias teriam se fortalecido durante sua permanência na Cooperativa, circunstanciadas pela conjuntura da Febre Aftosa. Contudo, a volta para o lote no ano de 2002, marca um período de *crise* que força a redefinição de suas estratégias produtivas e fontes de obtenção de renda.

Essa *crise* teria sido vivida como a *crise do grão*, numa referência à insuficiência de renda monetária gerada pela soja e aos endividamentos financeiros que o impediram (e ainda o impedem) de acessar os créditos do PRONAF. Neste contexto, mesmo em uma ambiência de plena valorização da soja, a possibilidade de *arrendar o lote* tornava-se uma das alternativas à referida *crise*; quando *alguns vizinhos* seus estavam levando-a a cabo. No entanto, *o compromisso com o Movimento*¹³ e porque queriam construir *um projeto de vida em cima do lote* teria impedido essa decisão. Assim, para o Sr. Pedro e sua esposa o endividamento e a conseqüente impossibilidade de acessar os créditos do PRONAF desencadearam a retomada das idéias de desenvolver *produtos agroecológicos*. Os motivos dessa mudança de estratégia produtiva que primeiro foram acionados na entrevista estavam relacionados com o *gostar de trabalhar na terra, de ver as plantas crescerem, o respeito ao meio ambiente e à saúde humana*. Com base nessas informações admite-se que esses valores sejam estimulados com práticas *agroecológicas*, mas destaca-se que a partir do conjunto de informações obtidas que o que mais pesou na decisão de adotar técnicas de produção agroecológicas foi o endividamento e a impossibilidade de acessar o PRONAF¹⁴.

Para esse casal de agricultores-assentados o *projeto de vida*, que sonham em construir *em cima do lote*, seria circunstanciado pelo desejo de *se estabilizar economicamente e não correr mais o risco de ter apenas uma safra por ano*, como era com a soja. Dessa forma, para o casal, *a idéia foi fazer de forma agroecológica de tudo um pouco e vender de tudo um pouco*. No contexto da *produção agroecológica* por eles desenvolvida, quando indagados sobre como era o processo de comercialização, o Sr. Pedro respondeu: *é que quando eu era da Coopervida eu conheci muita gente na cidade, depois foi só oferecer (...), muitos vem aqui comprar, para outros a gente leva na casa*. Dessa forma, tem-se que considerar que

¹³ O Sr. Pedro refere-se ao MST e suas orientações políticas formuladas em Encontros.

¹⁴ Outros agricultores-assentados também manifestaram argumentações semelhantes durante as entrevistas.

a posição ocupada de dirigente da Cooperativa lhe proporcionou estabelecer uma rede de contatos interpessoais que atualmente estão sendo acionados para a comercialização dos produtos *agroecológicos*. De uma forma mais detalhada, essa estratégia também comporta: o leite (por obter pagamento mensal, como *o seguro da renda, a chave da questão*), derivados de cana-de-açúcar (que rende em 1 ha o equivalente à 8 ha de soja), aves, suínos, amendoim, batata-doce, cebola e alho.

De acordo com sua entrevista, esta perspectiva produtiva teria sido reforçada pela conjuntura de desvalorização do preço da saca de soja a partir de 2004, potencializando estratégias de comercialização em outros municípios maiores, como Ijuí e Santa Maria.

3.3. A trajetória produtiva do Sr. João

Na ocasião da entrada dos sem-terra no Assentamento Ceres no início de 1997, o Sr. João integrava um *grupo coletivo* onde, apesar das idéias que “corriam” no assentamento de que a soja seria *a melhor* atividade produtiva a ser desenvolvida, iniciaram as atividades agrícolas com *produtos agroecológicos* e a atividade leiteira já em 1998. Esse *grupo coletivo*, formado inicialmente por 9 famílias se desestruturará parcialmente no ano de 1999, permanecendo apenas 3 famílias trabalhando de forma coletivizada, sendo que os chefes de família são irmão, entre eles o Sr. João. Assim, o contexto do período de *luta* pela terra e os *cursos de agroecologia* realizados promoveram alternativas produtivas diferenciadas daquelas internalizadas como possíveis na socialização anterior - com seus pais - baseada em cereais como milho, trigo, feijão e soja. Esses “novos” conhecimentos e os contatos adquiridos e construídos nesta fase são alçados como constituintes das estratégias produtivas nos primeiros anos de assentamento. De acordo com sua declaração:

(...) a partir dos cursos que eu tive no acampamento a gente já chegou para trabalhar sem nem pensar em plantar soja! Nós chegamos com a nossa mente formada que iríamos trabalhar com leite e produtos agroecológicos.

Nesse sentido, a assessoria técnica do assentamento ajudou na elaboração de projetos e planejamento da produção, sendo que em 1998 teriam plantado 13.000 covas de melão, melancia, abóbora, amendoim e batata-doce, *tudo ecológico*. Segundo sua declaração, isso representaria em torno de 2 ha plantadas, totalizando R\$ 39.000,00 o montante comercializável. A comercialização estaria *acertada* no município de Santa Maria através do projeto CooEsperança e da organização não governamental Cáritas/Brasil do referido município. A partir dos contatos realizados com essa entidade teriam sido elaborados projetos para a construção de uma *agroindústria* (beneficiadora de produtos de origem animal e vegetal) e um *moinho* na área de seu *grupo coletivo*. Esses canais de comercialização e contatos o Sr. João teria construído durante o curso realizado sobre *agroecologia* no município de Caçador/SC, durante o período

de acampamento. No entanto, devido a uma série de problemas e imprevistos, como estiagem prolongada durante a fase de floração das culturas *agroecológicas*, a não aprovação de um projeto de irrigação e a falta de disponibilidade de transporte pela Cooperativa do Assentamento que havia ficado responsável por tal processo, a área plantada com *produtos agroecológicos* diminuiria em 1999 e em 2000, quando estariam começando a pensar na possibilidade de investir na soja, *já que todo mundo só falava na soja*, conforme sua declaração.

Nessa direção, com a conjuntura da Febre Aftosa em 2001 e a colheita de uma *boa safra* de soja em 2002, o Sr. João e seus irmãos investiram o capital acumulado na compra de máquinas e equipamentos agrícolas com a idéia de investir nessa cultura produtiva. Segundo sua entrevista, a introdução da soja transgênica teria reforçado as esperanças de *melhorar de vida*, devido aos aparentes baixos custos de produção. Dessa forma, por ser a soja *a salvação da lavoura*, em 2004 arrendaram 120 ha de terra num município próximo, vendendo antecipadamente todos os animais leiteiros para pagar a renda da terra aos proprietários. No entanto, nesse ano ocorreu uma estiagem perda total nas lavouras de soja. Essa experiência “desastrada”, juntamente com a baixa do preço da soja, marcaram o retorno das idéias de cultivar *produtos agroecológicos*.

Assim, o Sr. João, depois da frustração de perder a safra de soja na área arrendada e ficar endividado com as empresas agropecuárias do município, retomará os antigos projetos de agro-industrialização e *produção ecológica*, agora com idéia de vender diretamente na região metropolitana de Porto Alegre. Segundo sua entrevista, *o problema* teria sido *a bobeira* dos anos anteriores, referindo-se às decisões de plantar soja, porque *o grupo coletivo desde o início do assentamento teria sido da idéia de plantar miudezas para vender e mexer com comércio*. Assim, um novo “peitaco” para *subir na vida e ter uma vida de cidadão* seria realizado com o estabelecimento de um dos irmãos na região metropolitana, onde os demais, juntamente com alguns vizinhos, produziriam e transportariam os produtos. Nesse caso, o que permitiria a realização de tal estratégia de produção e comercialização seria o fato dos três irmãos trabalhar de forma conjunta.

3.4. A trajetória produtiva do Sr. Antônio

Esse agricultor-assentado estabeleceu-se no Assentamento Ceres no ano de 2000, após ter realizado uma troca de lote de outro assentamento localizado na chamada Metade Sul do RS¹⁵. A conjuntura que

¹⁵ De acordo com sua entrevista os motivos para a troca de lotes teriam sido: a) no assentamento anterior à distância dos centros urbanos *era muito grande*, de Piratini 52km e de Pelotas 78km; b) devido às sucessivas frustrações com as atividades produtivas e com a (im)possibilidade de comércio; c) devido ao isolamento em relação a outras comunidades; d) porque seus pais estavam adoecidos e, portanto, queria vir mais para perto de seu local de origem. Deve ser destacado que esse agricultor-assentado participou dos mesmos acampamentos que os anteriores, mas teria sido sorteado para outra área; também, que participou de um

encontrou no novo assentamento foi de grande emulação da cultura da soja. Contudo, de acordo com sua entrevista, em 2001, também plantará soja no lote devido à Febre Aftosa ter causado o abate de seus animais leiteiros e pelo auxílio recebido do Governo Estadual. No entanto, nos anos seguintes a *produção agroecológica* teria acompanhado suas estratégias produtivas dentro de uma concepção de *esmiuçar as rendas*, ou seja, ter várias fontes de obtenção de renda econômica. Em suas palavras:

Quando eu cheguei era a febre da soja, o pessoal só pensava em soja, quer dizer, como a principal renda da propriedade, leite era em segundo plano e essas coisas mais pequenas nem falar (...). Tinha gente que dava risada de mim, porque trabalhava bastante (...). Mas eu pensava assim: e se der uma seca brava? Vamos perder tudo? Então, era esmiuçar as rendas, produzir um pouco de tudo e vender na cidade, principalmente em cima daquilo que eu tinha visto lá na FUNDEP, produção agroecológica. Aqui tudo o que tu produz tu vende, principalmente aqui na regional de Jóia. Até porque dá só 7 km do assentamento Ceres até a cidade de Jóia. Aqui deslanchou (...). Desse jeito a gente começou: com vaca e vendendo as coisas nos clientes certos na cidade.

Destacam-se três questões centrais na declaração: a) sua estratégia produtiva baseava-se na diversificação das fontes de renda pela insegurança de depender apenas da soja; b) como consequência resultava uma jornada de trabalho maior, que contrastava com a jornada de trabalho daqueles que possuíam a soja *como a principal renda da propriedade*; c) uma percepção de proximidade com os centros urbanos que permitia estratégias de comercialização, condição que não identificava no assentamento anterior. Contudo, a questão central é perceber que o Sr. Antônio irá “buscar” as referências para o estabelecimento de tal estratégia produtiva e comercial no *curso sobre agroecologia* realizado na FUNDEP. Nesse sentido, as alternativas produtivas à soja podem ser atribuídas aos conhecimentos adquiridos em período imediatamente anterior ao acampamento e a busca de maior segurança na renda.

Entretanto, no ano de 2005 começa a se marcar certo afastamento das estratégias de *produção agroecológica* desenvolvidas até então. A participação nas instâncias de direção do Assentamento e da Cooperativa teria sido crescente desde sua chegada em 2000. Essas circunstâncias acabaram gerando uma situação de difícil recusa em termos de assumir cargos que exigiriam maior dedicação e desprendimento. De acordo com seu depoimento: *Chega uma hora que todo mundo te olha e diz: agora é com você. E aí, fazer o quê? (...). Hoje tudo o que eu adquiri foi graças ao Movimento (...)*. Dessa forma, a justificativa para tal comportamento se expressa na identificação de que o pouco que se tem foi conseguido por uma *luta maior, graças ao Movimento*. Nesse sentido, se há uma tendência de arrefecimento de participação na *luta política* para a grande maioria dos sem-terra, depois de conquistada a terra, para os quadros

grupo coletivo de 16 famílias, desagregando-se no segundo ano do assentamento; por fim, após constituir grupo familiar teria, então, vindo para o Assentamento Ceres.

intermediários ela tende a ser encarada como desdobramento natural de um compromisso já interiorizado, seguidamente comprovado e retificado em outras frentes de ação, como na administração da Cooperativa e coordenação do Assentamento. No entanto, por trabalhar individualmente o lote e por ter assumido cargo de dirigente da Cooperativa, não possuiria condições de manter a estratégia produtiva anterior, desenvolvendo assim, a atividade leiteira e sojícola como principais para obtenção de renda monetária.

4. Considerações Finais

Por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividade das trajetórias individuais a ambiência econômica regional e o poder imanente de diferenciais de poderes a favor dos granjeiros, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo. Nesse sentido, as trajetórias aqui analisadas respondem, interagem e reconhecem a dinâmica regional da soja, seja na sua expansão e ou em seu declínio. Apesar de sua importância para o caso analisado, a *agroecologia* coloca-se mais como uma possibilidade de arranjos produtivos do que um *modo de vida*, apesar de sua identificação com valores e saberes dos pequenos agricultores. Desconsiderar que a dinâmica da soja age como marcador social imanente das diversas trajetórias individuais seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando as autonomias individuais. Esse reconhecimento, a nosso ver, não desqualifica as lutas sociais e os “*peitaços*” (iniciativas) individuais e coletivos de agricultores-assentados e sim valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra. Os diferenciais de cidadania, educação e justiça social vivenciados nas ambiências aqui analisadas é, em algum grau, a representação dos diferenciais de poderes da sociedade brasileira: diferenciais de poderes objetivados na distribuição da propriedade da terra.

5. Bibliografia

- BENTEVI. (2006). *Informativo Soja*. Disponível em: In:
<<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>. Acessado em: 10 set 2006.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COMERFORD, J. C. (1999). *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.
- GAIGER, L. I. (1999). As condições socioculturais do engajamento no MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 13, pp. 70-92.
- GARCIA JR, A. (1983). *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- GUBERT, J. E.; BASSO, N. (2005). *Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstica de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro*. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ.
- MOREIRA, R. J. (1999). *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad.
- _____. (2006). *Identidades Costeiras Complexas no Pensamento Científico*. Coletânea PQI UFV-CPDA, (no prelo).
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. (orgs). (2005a). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Unijuí.
- _____. (2005b). A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em Questão*, ano 3, n° 5, pp. 53-72.

